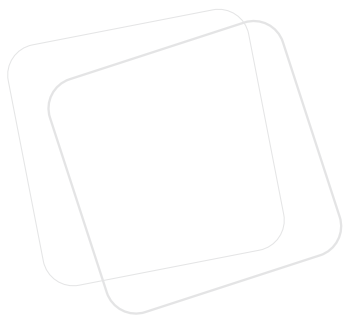




SUMÁRIO

Capítulo 1

NATUREZA JURÍDICA	17
1.1. Introdução	17
1.2. Tradicionais fundamentos para não reconhecer os embargos de declaração como espécie recursal	19
1.2.1. Ausência de preparo.....	19
1.2.2. Julgamento no próprio grau de jurisdição.....	20
1.2.3. Julgamento pelo próprio órgão prolator da decisão impugnada	20
1.2.4. Inexistência de contraditório	21
1.2.5. Objetivos e efeitos do julgamento dos embargos de declaração.....	23
1.2.6. Não geração de efeito devolutivo	26
1.3. Diferenças procedimentais que podem criar dúvidas da natureza recursal dos embargos de declaração.....	27
1.3.1. Introdução.....	27
1.3.2. Cabimento em situações de irrecorribilidade.....	28
1.3.3. Causas de pedir de alegação optativa	28
1.3.4. Repetição de causa de pedir em diferentes espécies recursais contra a mesma decisão	31
1.4. A opção legislativa.....	33
1.5. Tem utilidade o debate a respeito da natureza jurídica dos embargos de declaração?.....	35
1.5.1. Introdução.....	35
1.5.2. Prazos diferenciados.....	37
1.5.3. Juizados Especiais	38
1.6. Os embargos de declaração nas tradicionais classificações dos recursos.....	39
1.6.1. Introdução.....	39
1.6.2. Causa de pedir recursal	39
1.6.3. Abrangência da matéria impugnada	40

1.6.4. Independência e subordinação.....	41
1.6.5. Objeto imediato tutelado.....	42

Capítulo 2

MATÉRIAS ALEGÁVEIS.....	45
2.1. Embargos de declaração como espécie de recurso de fundamentação vinculada.....	45
2.2. Vícios formais típicos.....	49
2.2.1. Introdução	49
2.2.2 Obscuridade	49
2.2.2.1. Introdução	49
2.2.2.2. Redação confusa.....	52
2.2.2.3. Ambiguidade	55
2.2.2.4. Consequência do provimento.....	56
2.2.3. Contradição.....	58
2.2.3.1. Introdução	58
2.2.3.2. Contradição interna.....	58
2.2.3.3. Contradição externa	61
2.2.3.4. Contradição externa com precedente qualificado.....	64
2.2.3.5. Consequência do provimento.....	65
2.2.3.6. Contradição e obscuridade.....	68
2.2.4. Omissão	69
2.2.4.1. Introdução	69
2.2.4.2. Ponto ou questão sobre a qual o juiz devia se pronunciar de ofício ou a requerimento	69
2.2.4.3. Matérias cognoscíveis de ofício	72
2.2.4.4. Precedentes qualificados e súmulas vinculantes.....	73
2.2.4.5. Omissão na fundamentação.....	78
2.2.4.5.1. Introdução.....	78
2.2.4.5.2. Limitação à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida.....	79
2.2.4.5.3. Conceitos jurídicos indeterminados e cláusulas gerais.....	80
2.2.4.5.4. Motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão	82

2.2.4.5.5.	Fundamentação exauriente x fundamentação suficiente	83
2.2.4.5.6.	Aplicação de súmula ou precedente como fundamento da decisão	85
2.2.4.5.7.	Distinção (<i>distinguishing</i>) e superação (<i>overruling</i>) como fundamento para deixar de decidir com fundamento em súmula ou precedente vinculantes	86
2.2.5.	Erro material	89
2.2.5.1.	Conceito	89
2.2.5.2.	Casuística	90
2.2.5.3.	Forma e tempo de alegação	92
2.2.5.4.	Erro de fato	94
2.3.	Vícios atípicos	98
2.3.1.	Introdução	98
2.3.2.	Erro evidente	98
2.3.3.	Precedente qualificado superveniente	103

Capítulo 3

PRINCÍPIOS RECURSAIS.....	105
3.1. Introdução	105
3.2. Duplo grau de jurisdição	105
3.3. Taxatividade	108
3.4. Singularidade (unirrecorribilidade ou unicidade)	108
3.5. Voluntariedade.....	111
3.6. Dialeticidade	112
3.7. Fungibilidade	113
3.7.1. Atípica	113
3.7.1.1. Introdução	113
3.7.1.2. Hipóteses de fungibilidade	114
3.7.1.3. Prazo menor e recurso recebido como embargos de declaração	117
3.7.2. Típica	120
3.8. Proibição da reformatio <i>in pejus</i>	124
3.9. Complementaridade	127
3.10. Consumação	131

3.11. Primazia no julgamento do mérito	133
--	-----

Capítulo 4

JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE.....	137
--------------------------------------	------------

4.1. Introdução	137
4.2. Cabimento	138
4.2.1. Despacho	138
4.2.1.1. Conceito de despacho	138
4.2.1.2. Cabimento de embargos de declaração	140
4.2.2. Qualquer decisão	143
4.2.2.1. Introdução	143
4.2.2.2. Exceção legal e jurisprudencial	144
4.2.2.3. Decisão monocrática do relator	147
4.2.2.4. Juizados Especiais	147
4.3. Legitimidade recursal.....	150
4.3.1. Legitimidade ativa	150
4.3.2. Legitimidade passiva	151
4.3.2.1. Introdução	151
4.3.2.2. Parte contrária não figurando como embargada	151
4.3.2.3. Litisconsórcio passivo necessário	153
4.4. Interesse recursal.....	160
4.4.1. Introdução.....	160
4.4.2. Utilidade	161
4.4.2.1. Introdução	161
4.4.2.2. Sucumbência formal e material.....	162
4.4.2.3. Sucumbência e interesse recursal nos embargos de declaração	165
4.4.3. Necessidade	167
4.4.4. Adequação	169
4.5. Ausência de fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer	170
4.5.1. Introdução.....	170
4.5.2. Desistência	170
4.5.3. Renúncia	174
4.5.4. Aquiescência	175
4.6. Tempestividade	177

4.7. Preparo.....	179
4.8. Regularidade formal	180
4.8.1. Fundamentação	180
4.8.2. Assinatura.....	181
4.8.3. Procuração	181
4.8.4. Ato escrito.....	182
4.8.5. Capacidade postulatória	184

Capítulo 5

EFEITOS.....	187
5.1. Introdução	187
5.2. Efeito obstativo.....	188
5.3. Efeito devolutivo	189
5.3.1. Introdução.....	189
5.3.2. Extensão da devolução	190
5.3.3. Profundidade do efeito devolutivo	192
5.4. Efeito suspensivo	193
5.4.1. Efeito suspensivo impróprio (<i>ope iudicis</i>)	193
5.4.2. Efeito suspensivo “próprio (<i>ope legis</i>)”	198
5.5. Efeito translativo	199
5.5.1. Introdução.....	199
5.5.2. Objeto do efeito translativo nos embargos de declaração.....	200
5.5.3. Embargos de declaração opostos contra decisão proferida em recurso extraordinário	203
5.6. Efeito expansivo	204
5.6.1. Introdução.....	204
5.6.2. Efeito expansivo subjetivo.....	204
5.6.3. Objetivo	206
5.7. Efeito substitutivo	208
5.8. Efeito regressivo	210
5.9. Efeito interruptivo.....	211
5.9.1. Introdução.....	211
5.9.2. Objeto da interrupção.....	212
5.9.3. Sujeitos vinculados ao efeito interruptivo.....	215
5.9.4. Requisitos para a geração do efeito interruptivo.....	215

5.9.5. Afastamento do efeito interruptivo	218
5.9.5.1. Introdução	218
5.9.5.2. Intempestividade	218
5.9.5.3. Fundamentação inadequada.....	219
5.9.5.4. Recurso manifestamente incabível	220
5.9.5.5. Inovação recursal.....	223
5.9.5.6. Embargos de declaração manifestamente protelatórios	224
5.9.6. Afastamento do efeito interruptivo para quem?.....	226
5.9.6.1. Introdução	226
5.9.6.2. Situações jurídicas passivas e ativas do embargado.....	227
5.9.6.3. Embargos de declaração intempestivos	230

Capítulo 6

PROCEDIMENTO	233
6.1. Peça recursal	233
6.1.1. Introdução	233
6.1.2. Exposição do fato e do direito.....	234
6.1.3. Causa de pedir recursal.....	236
6.1.4. Pedido	237
6.1.4.1. Vícios típicos	237
6.1.4.2. Vícios atípicos	239
6.2. Contraditório	241
6.2.1. Dispensa como regra	241
6.2.2. Exigência de contraditório.....	242
6.3. Prazo para o julgamento dos embargos de declaração	245
6.3.1. Natureza do prazo	245
6.3.2. Prazo de cinco dias	247
6.3.3. Julgamento colegiado	249
6.4. Sustentação oral.....	252
6.5. Julgamento.....	254
6.5.1. Competência.....	254
6.5.2. Possíveis resultados do julgamento	257
6.5.3. Confusão entre não cabimento e não provimento.....	259
6.5.4. Natureza jurídica da decisão que julga os embargos	262
6.7. Embargos de declaração e violação ao princípio da boa-fé	266

6.7.1. Introdução.....	266
6.7.2. Embargos manifestamente protelatórios – redação infeliz ...	266
6.7.3. Interpretação dada ao requisito para aplicação de sanção ...	269
6.7.4. O problema da parte sujeita à punição	274
6.7.4. Redação ideal.....	275
6.7.4. Valor da multa a ser aplicada	276
6.7.5. Embargos de declaração com a finalidade de prequestionamento	280
6.7.6. Duplicidade de sanções.....	283
6.7.7. Reiteração do recurso manifestamente protelatório.....	286
6.7.7.1. Tipificação da conduta.....	286
6.7.7.2. Sanções aplicáveis	288
6.7.7.3. Os embargos de declaração como inimigos do fim.....	290
6.7.8. Procedimento da fixação das sanções	291
6.7.9. Recorribilidade da multa.....	294
6.7.10. Exigibilidade da multa	296

Capítulo 7

GENERALIDADES 299

7.1. Embargos de declaração com fins de prequestionamento	299
7.1.1. Ônus perfeito	299
7.1.2. Pquestionamento implícito e expresse	304
7.1.3. Pquestionamento ficto e real	306
7.2. Interrupção de prazos não recursais.....	308
7.3. Natureza jurídica da decisão que julga os embargos	312
7.4. Embargos de declaração inadmissíveis e matéria de ordem pública	316
7.5. Confusão entre não cabimento e não provimento.....	318
7.6. Embargos de declaração atípicos	321
7.6.1. Introdução.....	321
7.6.2. Embargos de declaração com efeito modificativo.....	322
7.6.3. Embargos com efeitos infringentes	324
7.6.4. Correção de vício formal atípico e efeitos infringentes?.....	326
7.7. Embargos de declaração como opção impugnativa	328
7.8. Embargos de declaração e pedido de reconsideração	331

7.9. Embargos de declaração sucessivos	335
7.9.1. Decisão com mais de um vício alegável em sede de embargos de declaração	335
7.9.2. Embargos de declaração e vício superveniente	338
7.10. Fungibilidade interna	339
7.11. Violação da regra de competência nos tribunais e cabimento do recurso especial e extraordinário	341
7.11.1. Violação de regra de competência na impugnação de decisão colegiada	341
7.11.2. Violação de regra de competência na impugnação de decisão colegiada	343
7.12. Julgamento estendido (art. 942 do CPC)	348
7.13. Embargos de declaração e princípio da pessoalidade	350
7.13.1. Introdução	350
7.13.2. Julgamento pelo mesmo juiz	351
7.14. Embargos de declaração e saneamento e organização do processo	354
7.14.1. Introdução	354
7.14.2. Pedido de ajuste e esclarecimento e prazo recursal	355
7.14.3. O efeito interruptivo dos embargos de declaração	358
7.14.4. Fungibilidade	358
7.15. O problema da decisão transitada em julgado com vícios alegáveis nos embargos de declaração	359
7.16. E quando o juízo desvirtua os embargos de declaração?	366

Capítulo 8

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DA SENTENÇA ARBITRAL....	371
8.1. Introdução	371
8.2. Nomenclatura	372
8.3. Natureza jurídica	374
8.4. Dúvida como “vício” suficiente para o cabimento do pedido de esclarecimento	376
8.5. Pedido de esclarecimentos como ônus ou faculdade?	378
8.6. Impugnação limitada à sentença?	382
8.7. Vícios atípicos	385
8.8. Pedido de esclarecimento abusivo	386
REFERÊNCIAS	387